



§ 3º A pessoa jurídica que, após a transformação dos depósitos em pagamento definitivo, possuir débitos não liquidados pelo depósito poderá obter as reduções de que trata o caput e utilizar créditos decorrentes de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre Lucro Líquido, nos termos do § 1º deste artigo."

Razões do veto

"O Governo vem discutindo há meses com representantes de clubes, atletas, entidades de administração do desporto e com próprio Congresso Nacional a construção de uma proposta conjunta que estimule a modernização do futebol brasileiro. O texto aprovado não respeita este processo e prevê apenas refinanciamento de débitos federais, deixando de lado medidas indispensáveis que assegurem a responsabilidade fiscal dos clubes e entidades, a transparência e o aprimoramento de sua gestão, bem como a efetividade dos direitos dos atletas. O Governo retomará imediatamente o processo de diálogo, com o objetivo de consolidar, no curto prazo, uma alternativa que promova de forma integral a modernização do futebol brasileiro."

Art. 162

"Art. 162. Ficam alteradas para o percentual de 20% (vinte por cento) as alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) relativa aos produtos classificados nas posições 9302.00.00, 93.03, 9304.00.00, 9305.10.00, 9305.21.00, 9305.29.00 e 9305.99.00 da Tabela de Incidência aprovada pelo Decreto nº 6.006, de 29 de dezembro de 2006."

Razões do veto

"A proposta ofende a regra constitucional da seletividade, pois tributaria os bens de forma mais benéfica que bens de maior essencialidade. Além disso, a redução proposta ocasionaria impacto fiscal, sem que se tenham realizadas as medidas compensatórias previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal. Por fim, as Forças Armadas e os órgãos de segurança pública já adquirem armas com isenção de IPI."

Art. 163

"Art. 163. Ficam isentos do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI os produtos classificados nas posições 9302.00.00, 93.03, 9304.00.00 e 93.06 da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI, aprovada pelo Decreto nº 6.006, de 29 de dezembro de 2006, quando adquiridos diretamente na indústria, para uso pessoal, dos integrantes das Forças Armadas e dos órgãos mencionados no art. 144 da Constituição Federal."

Razões do veto

"A isenção proposta ocasionaria impacto fiscal, sem que se tenham realizadas as medidas compensatórias previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal. Além disso, para uso em serviço, as Forças Armadas e os órgãos de segurança pública já adquirem tais produtos com isenção de Imposto Sobre Produtos Industrializados - IPI."

Art. 164

"Art. 164. Incluam-se no Anexo à Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, os produtos cujo código a seguir está classificado na Tipi, aprovada pelo Decreto nº 7.660, de 23 de dezembro de 2011:

NCM
Capítulo 36
Capítulo 93

"

Razões do veto

"A substituição proposta reduz a arrecadação de contribuições cujos recursos são reservados ao pagamento dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social - RGPS, nos termos do inc. XI, do art. 167 da Constituição, sendo necessário apresentar fonte de custeio que preserve o equilíbrio financeiro e atuarial do sistema como definido no § 5º do art. 195 da Constituição. A proposta também viola o § 6º do art. 195 da Constituição ao não prever o prazo de noventa dias para a vigência do dispositivo. Por fim, a proposta ocasionaria impacto fiscal, sem que se tenham realizadas as medidas compensatórias previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal."

Os Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação, da Fazenda e da Justiça manifestaram-se pelo veto aos seguintes dispositivos:

Inciso I do art. 169

"I - imediatamente, o art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, os arts. 44 a 53 da Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, o art. 18 e o inciso I do art. 52 da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, o art. 4º da Lei nº 7.789, de 23 de novembro de 1989, os §§ 6º e 7º do art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, o inciso VIII do Art. 16 da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, o art. 28 da Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000, os §§ 15 e 16 do art. 74 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e o art. 25 da Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014;"

Razões do veto

"Dentre as revogações propostas nesse dispositivo, consta a regra para imissão provisória na posse para os casos urgentes de desapropriações por utilidade pública. A revogação desse dispositivo acarretaria grave prejuízo à realização de obras públicas no país. Além disso, o veto à revogação do art. 25 da Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014, se faz necessário em razão do veto ao art. 12 do Projeto, assim como se faz necessário o veto à revogação dos §§ 6º e 7º do art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, em razão do veto do art. 127 do PLV. Por estarem incluídos em um mesmo inciso e por não ser viável o veto parcial de dispositivo, as demais revogações também serão afetadas."

Essas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar os dispositivos acima mencionados do projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

SECRETARIA DE PORTOS
AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES
AQUAVIÁRIOS
SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO E
COORDENAÇÃO DAS UNIDADES REGIONAIS

DESPACHO DE JULGAMENTO Nº 82,
DE 27 DE NOVEMBRO DE 2014

Processo nº 50305.000937/2013-51
Empresa penalizada: J. R. Almeida Transportes e Comercio - ME, CNPJ nº 15.414.672/0001-10. Objeto e Fundamento Legal: Por não conhecer do recurso interposto, por sua intempestividade, e manter a multa pecuniária no valor total de R\$ 6.000,00, em razão do descumprimento da Cláusula Terceira - Das Cominações, pelo não atendimento, no prazo estipulado, dos itens "a" a "e" do Termo de Ajuste de Conduta - TAC nº 001/2013-AP-ODSE-139-13.

BRUNO DE OLIVEIRA PINHEIRO
Superintendente

DESPACHO DE JULGAMENTO Nº 83,
DE 9 DE DEZEMBRO DE 2014

Processo nº 50314.000528/2014-27
Empresa penalizada: Superintendência do Porto do Rio Grande - SUPRG, CNPJ nº 01.039.203/0001-54. Objeto e Fundamento Legal: Por conhecer do recurso interposto, vez que tempestivo, para, no mérito, dar-lhe provimento parcial, com afastamento das penalidades relativas às infrações tipificadas no inciso XVII, art. 32 e inciso XVIII, art. 33, ambos da norma aprovada pela Resolução nº 3.274-ANTAQ, e manutenção da aplicação da penalidade pecuniária relativa à infração tipificada no inciso XXIX, art. 33, também da norma em comento, no valor de R\$ 100.000,00. Determinar que no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de publicação deste despacho, que a SUPRG informe esta ANTAQ a situação do Operador Portuário ERG 1 com relação a sua adequação à Portaria nº 111-SEP.

ALEXANDRE GOMES DE MOURA
Superintendente Substituto

DESPACHO DE JULGAMENTO Nº 84,
DE 12 DE DEZEMBRO DE 2014

Processo nº 50306.002770/2013-53
Empresa penalizada: M. R. Guimarães Canto Navegação - ME, CNPJ nº 07.823.522/0001-32. Objeto e Fundamento Legal: Por conhecer do recurso interposto, para, no mérito, conceder-lhe provimento parcial, reformando-se a penalidade para multa no valor de R\$ 225,00, pelo cometimento da infração disposta no inciso XXX e R\$ 825,00 pelo cometimento da infração disposta no inciso XXXVI, ambos do artigo 20 da Resolução 912/ANTAQ.

ALEXANDRE GOMES DE MOURA
Superintendente Substituto

DESPACHO DE JULGAMENTO Nº 87,
DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014

Processo nº 50310.000588/2014-81
Empresa penalizada: Paraguaçu Transportes e Operações Portuárias Ltda., CNPJ nº 05.257.045/0001-60. Objeto e Fundamento Legal: Por conhecer do recurso interposto, vez que tempestivo, para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo-se a aplicação da penalidade de multa no valor de R\$ 70.000,00, pelo descumprimento do TAC 002/2012-UARSV.

ALEXANDRE GOMES DE MOURA
Superintendente Substituto

DESPACHO DE JULGAMENTO Nº 88,
DE 23 DE DEZEMBRO DE 2014

Processo nº 50306.001891/2013-88
Empresa penalizada: José L Nogueira Navegação & Cia Ltda. - ME, CNPJ nº 10.182.145/0001-04. Objeto e Fundamento Legal: Por não conhecer do recurso interposto, por ser intempestivo, mantendo-se a aplicação da penalidade de multa no valor total de R\$ 10.000,00, pelo cometimento da infração prevista no art. 20, incisos VI, VIII, IX, XV e XXX da Resolução nº 912-ANTAQ.

BRUNO DE OLIVEIRA PINHEIRO
Superintendente

GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DA NAVEGAÇÃO

DESPACHO DE JULGAMENTO Nº 39,
DE 17 DE DEZEMBRO DE 2014

Processo nº 50312.002444/2013-67
Empresa penalizada: Vitória Embarcações Portuárias Ltda., CNPJ nº 11.444.245/0001-24. Objeto e Fundamento Legal: Por conhecer do recurso interposto, por ser tempestivo, mantendo-se a aplicação da penalidade de multa pecuniária no valor total de R\$ 28.846,13, pelo cometimento das infrações previstas no art. 21, incisos I e V, da Norma aprovada pela Resolução 2.510-ANTAQ.

ALEXANDRE GOMES DE MOURA
Gerente

GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DE PORTOS
E INSTALAÇÕES PORTUÁRIAS

DESPACHO DE JULGAMENTO Nº 73,
DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014

Processo nº 50312.002375/2014-72
Empresa penalizada: Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA, CNPJ nº 27.316.538/0001-66. Objeto e Fundamento Legal: Por conhecer do recurso interposto, para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo-se a penalidade de multa pecuniária no valor de R\$ 50.000,00, relativa à prática da infração tipificada no inciso XXIV, do art. 32 da norma aprovada pela Resolução nº 3.274-ANTAQ.

RAFAEL MOISES SILVEIRA DA SILVA
Gerente Substituto

DESPACHO DE JULGAMENTO Nº 77,
DE 23 DE DEZEMBRO DE 2014

Processo nº 50302.002059/2014-11
Empresa penalizada: Rumo Logística Operadora Multimodal S.A., CNPJ nº 71.550.388/0001-42. Objeto e Fundamento Legal: Por não conhecer o recurso interposto, vez que intempestivo, mantendo-se a penalidade de multa pecuniária no valor de R\$ 12.000,00, pelo cometimento da infração tipificada no inciso XI, do art. 32 da norma aprovada pela Resolução nº 3.274-ANTAQ.

RAFAEL MOISES SILVEIRA DA SILVA
Gerente Substituto

Ministério da Agricultura,
Pecuária e Abastecimento

SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 2, DE 16 DE JANEIRO DE 2015

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 10 e 42 do Anexo I do Decreto nº 7.127, de 4 de março de 2010, tendo em vista o disposto no Decreto nº 24.114, de 12 de abril de 1934; no Decreto nº 1.355, de 30 de dezembro de 1994; no Decreto nº 5759, de 17 de abril de 2006, na Instrução Normativa nº 23, de 2 de agosto de 2004; na Instrução Normativa nº 6, de 16 de maio de 2005, considerando ainda o resultado da Análise de Risco de Praga, e o que consta do Processo nº 21000.007077/2011-41, resolve:

Art. 1º Aprovar os requisitos fitossanitários para a importação de frutos de pera (*Pyrus communis*), Categoria 3, classe 4, produzidos na Holanda, na forma desta Instrução Normativa.

Art. 2º Os frutos especificados no art. 1º desta Instrução Normativa deverão estar acompanhados de Certificado Fitosanitário - CF, emitido pela Organização Nacional de Proteção Fitosanitária - ONPF da Holanda, com as seguintes Declarações Adicionais - DAS:

I - DA 1: O envio se encontra livre de *Gymnosporangium* spp., *Cydia pomonella*, *Tetranychus pacificus*, *Neonectria galligena*, *Phytophthora syringae*, *Tetranychus viennensis*, *Spilonota ocellana*, *Monilinia fructigena*, *Cacopsylla pyri*, *Diaspidiotus pyri*, *Diaspidiotus ostreaeformis*, *Dysaphis pyri*, *Epitrimerus pyri*, *Agrilus sinuatus*, *Erwinia amylovora* e *Hoplocampa brevis*; e

II - DA 14: Os frutos de pera não apresentam risco quarentenário com respeito à praga *Cydia pomonella*, considerando a aplicação do sistema integrado de medidas para diminuição do risco, oficialmente supervisionado e acordado com o país importador.

Art. 3º As partidas especificadas no art. 1º desta Instrução Normativa serão inspecionadas no ponto de ingresso (Inspeção Fitosanitária - IF), e havendo motivos que justifique a coleta de amostras, as amostras serão coletadas e enviadas para análise fitossanitária em laboratórios oficiais ou credenciados.

§ 1º Havendo a coleta de amostras os custos do envio, como também, os custos das análises serão com ônus para o interessado, que ficará depositário do restante da partida até a conclusão dos exames e emissão dos respectivos laudos de liberação.

§ 2º Ocorrendo a interceptação de pragas quarentenárias a ONPF do Brasil poderá suspender as importações até a revisão da Análise de Risco de Pragas.

Art. 4º Caso não sejam cumpridas as exigências estabelecidas no art. 2º desta Instrução Normativa, o produto não será internalizado.

Art. 5º A ONPF da Holanda deverá comunicar à ONPF do Brasil qualquer ocorrência de nova praga no território equatoriano.

Art. 6º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO JOSÉ PEREIRA LEITE FIGUEIREDO